

André de Resende, epigrafista

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Universidade de Coimbra

*In memoriam Giancarlo Susini
Infatigabili Magistro Amico Pientissimo*

Assume-se hoje a Epigrafia como ciência indispensável à actividade do historiador consciente. O monumento epigráfico – porque original, abundante, pensado até ao ínfimo pormenor, usado em todos os domínios do quotidiano – revela mentalidades, deixa transparecer intenções, quer ser mensagem imorredoura.

Opção de todos os tempos, as epígrafes terão recebido incondicionalmente com os Humanistas esse estatuto maior, em relação à época romana – que delas transmitiram inúmeros exemplares.

André de Resende constituiu, entre nós, o paradigma acabado da constante utilização dos textos epigráficos – de que não hesitou em forjar vários, para atingir os objectivos político-religiosos e culturais que se propusera, usando a Antiguidade.

Servir-nos-á de exemplo a dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo supostamente mandada lavrar, em claro contexto encomiástico, para memorar as sublimes ofertas de Júnia Donace, em acção de graças por os Lusitanos de Sertório haverem desbaratado Pompeu e Metelo.

É que, no dealbar desse terceiro quartel do século XVI, era outro o inimigo a desbaratar!...

Não valerá a pena – atendendo não só ao que atrás se disse mas reportando-me também à intervenção do meu prezado Colega e distinto Amigo, Doutor Rosado Fernandes – explicitar porque é que André de Resende **usa e abusa** das fontes epigráficas e até as **forja** a seu bel-prazer: é que soube reconhecer no monumento epigráfico esse valor ímpar de documento probatório!

Dedica André de Resende um capítulo ao que designa de santuário (*fanum*) de Júpiter, outrora existente «super Exarramam fluvium, duobus pass(uum) milibus infra Terranum oppidum». Consagraram-no os Cristãos ao culto dos Santos Mártires Justo e Pastor, conforme inscrição que apresenta, apontando como data da cristianização o ano de 720, ou seja, 682 da era cristã.

Fica, de facto, muito perto do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, junto às margens do rio Xarrama, em ambiente quase idílico, um templo de longa tradição na religiosidade local, donde provêm inscrições romanas e elementos arquitectónicos visigóticos (ALMEIDA e PAIXÃO, 1978). A presunção de se tratar de um templo a Júpiter deriva do facto de aí se ter encontrado uma imponente ara dedicada a Júpiter Ótimo

Máximo por uma flamínia, Flávia Rufina de seu nome (IRCP 183). O monumento cedo terá sido trazido para Évora, quiçá por iniciativa do próprio Resende, e, daí, toda a aura que o sítio passou a ter, não obstante se localizar a uma razoável distância da cidade para que (adiante-se desde já) a ele recorressem amiúde as gentes eborenses, quando outros santuários mais perto existiriam, inclusive na própria cidade.

Seja como for, é de lá que André de Resende diz provir o texto – de que hoje resta cópia epigrafada, em singela placa desprovida de qualquer decoração, no Museu Regional de Évora.

Tratava-se, porém, no dizer do humanista (folha 241 do *Liber Quartus* das suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*), de um «cippus aliquanto minor sed elegantior» (em relação ao de Flávia Rufina, já de si bem elegante), que ostentaria o seguinte texto (vide reprodução facsimilada):

I. O. M.
OB PVLSSO AQ. SER
TORIO METELLVM
ADQ. POMP.
IVN. DONACE
CORON. ET SCEPTRVM
EX ARG. MVNVS
ADTVLIT
FLAMINICAE PHIA
LAM CAELATAM
HIERODVLIS COE
NAM DEDIT.

O que, em texto corrido, significava, ainda na opinião do humanista:

«Iovi óptimo máximo. Ob pulsos a Quinto Sertorio Metellum atque Pompeium Iunia Donace coronam, & sceptrum ex argento munus adtulit Flaminicae phialam caelatam, hierodulis cœnam dedit».

Pretende dizer, por conseguinte:

«A Júpiter Óptimo Máximo. Por terem sido vencidos, por Quinto Sertório, Metelo e Pompeu – Júnia Donace trouxe como presente uma coroa e um ceptro de prata e a fiala cinzelada à flamínia e ofereceu uma ceia aos escravos do templo».

Importa tecer, perante esta «fonte documental», alguns comentários.

Historicamente, não houve uma vitória de Sertório contra Metelo e Pompeu. Quando muito, esta acção de graças poderia ter vindo na sequência da vitória sobre os sitiantes da cidade de Lacóbriga, a mando de Metelo, em 79 a.C. (cf. ALARCÃO, 1988, 24). Sabe-se que, logo em seguida, a Fortuna não fica do lado de Sertório e o declínio pouco a pouco se vai acentuando, até ao seu assassinato, em 72 a.C. Ora, voltando atrás, nesse ano de 79 a.C., ainda não haveria templo a I.O.M., muito provavelmente erguido apenas em pleno século I d.C. – quando o culto imperial já sobejamente se instalara – pelo município salaciense, a rogo ou a expensas da já citada flamínia, Flávia Rufina. A sumptuosidade do monumento epigráfico que marcou esse notável evento (cf. ENCARNAÇÃO & TRINDADE, 1994-1995) deve ter impressionado André de Resende. Flávia Rufina, flamínia provincial, flamínia de Mérida e de Salácia (cf. ENCARNAÇÃO, 1992, pp. 165-166), era, seguramente, personagem importante, a mais importante das redondezas e, por isso, sem se dar conta do anacronismo (ou **fazendo de conta** que dele se não dava conta), Resende pôs a flamínia – **essa** flamínia – a receber presentes destinados ao culto e à divindade.

E de quem parte a iniciativa? De Júnia Donace.

Já tive ensejo de me referir a esta personagem (ENCARNAÇÃO, 1991, p. 205), que André de Resende apresenta noutra inscrição (CIL II 12*) como *domestica* de Sertório.

Conhecedor, como era, das inscrições de Tarragona – também já houve ocasião de o demonstrar (*ibidem*) –, André de Resende colheu o nome *Donace*, muito raro, de um texto da capital da Hispânia Citerior em que se memora uma *Pompeia Donace* (CIL II 4266).

Aqui, mudou-lhe o nome de família para *Iunia* – mais consentâneo com o ambiente eborense... «Esqueceu-se», porém, que, nos primórdios do século I a.C., na epigrafia peninsular, os *nomina* não se abreviam; que, por outro lado, os escravos não têm direito a gentilício; que, em terceiro lugar, se se tratasse de uma liberta de Sertório, teria forçosamente que haver adoptado o seu *nomen*, *Sertoria*.

Finalmente, o termo *domestica* – com que na outra inscrição se classifica *Iunia Donace* – que significa exactamente? A companheira? A criada?... Em epigrafia, é vocábulo usado do século III em diante, com significado bem diverso: em contexto militar (os *domestici*, corpo de militares ligados ao imperador) ou como epíteto de divindades (*Silvanus Domesticus*, por exemplo).

Aliás, se se tratava de uma vitória militar, não era justo que a divindade venerada fosse... Marte? O problema é que havia o monumento a Júpiter Ótimo Máximo e para que a verosimilhança se mantivesse...

Chegados a este ponto, gostava de lançar um repto – pela interdisciplinaridade.

Observando melhor o texto comentado e sem nos perdemos em pormenores de ordem técnica (que ora não vêm ao caso), cumpre sublinhar o tom literário – e não epigráfico – que o envolve.

Há, evidentemente, palavras que são colhidas e documentadas em epígrafes outras, inclusive no território peninsular:

A oferta duma *corona*, por exemplo, não é inusitada: uma Lucrecia Campana, flâmínia perpétua, esposa de um flâmine provincial da Bética, acrescenta, em Tucci (Martos), à oferta de uma estátua a *Pietas Augusta* feita por seu marido, *coronam auream* (CIL II 1663).

Também oferendas de *phialae argenteae* são relativamente frequentes um pouco por toda a parte do mundo romano. Joaquín Gómez-Pantoja teve a gentileza (que agradeço) de me transmitir as seguintes referências:

— um *circitor*, sua mulher e filhos oferecem às Ninfas uma com o peso de duas libras (AE 1985 714);

— Q. Fábio Modesto, morador em Roma, decurião da I Ala Augusta dos Trácios, obsequiou Noreia Augusta com uma fíala de prata de duas libras também (CIL III 4806);

— *Decidia Egloge* homenageou *Bona Dea* com uma de libra e meia (CIL V 8242).

Na região de Sevilha, uma mulher de origem indígena – Emília, filha de Rústico – entrega a Vénus Augusta *phialam argenteam* (CIL II 2326)...

No entanto, o termo *phiala* nada mais é, como muito bem assinala E. Pottier (s. v. «Phiala» in Daremberg e Saglio), do que «uma transcrição literal da palavra grega, na época em que o Império romano estava bem impregnado das influências helénicas». A palavra latina é «patera», como se sabe, e designa um copo pouco fundo e largo, feito de metal. Também neste aspecto se mostra a cultura de André de Resende, a sua leitura dos clássicos gregos – Resende «parece movimentar-se com à-vontade» dentro da cultura helénica (FERNANDES in RESENDE, 1996, p. 14) – não hesitando em transpor para um monumento epigráfico de plena época romana, num contexto geográfico e temporal em que o helenismo pouco teria a dizer, todo um ambiente oriental. Com efeito, seguindo Pottier, só para documentarmos um pouco mais o que se acaba de dizer, entre os Gregos, «os próprios deuses e os mortos são representados de fíala na mão, em jeito de emblema da sua própria felicidade e em

recordação das oferendas de vinho, de leite e de hidromel que lhes levavam». Por outro lado, «as fundações perpétuas previam quase sempre, para além das despesas anuais com os sacrifícios, uma verba para o fabrico ou a compra de uma fíala». E acrescenta E. Pottier um pormenor significativo que vem ao encontro do gesto pretensamente comemorado nesta epígrafe:

«Grandes personagens, associações, deputações deixavam assim testemunhos da sua piedade, que ficavam catalogados no templo e inscritos sob seu nome».

Pensa-se que nos santuários de Delos davam entrada, anualmente, cerca de vinte e duas fíalas deste género. Nos inventários de Atenas inscreve-se amiúde a oferta de uma fíala de prata feita por um escravo no momento em que, libertado, entra na vida civil. O templo de Apolo, em Delos, possuía, nos primórdios do século II a.C., perto de seiscentos exemplares, de grande variedade de formas e decorações. No rol aduzido por E. Pottier não figura, porém, algo de comparável a *phiala caelata*; o que mais se lhe pode aproximar é o termo «caneladas». Mais uma vez, André de Resende usou do requinte... O uso epigráfico do adjectivo *caelatus*, numa primeira investigação, não encontra, pois, nenhum paralelo.

Por outro lado, à expressão *ex argenti* segue-se, normalmente, a indicação do peso: *ex arg. libris tot...* Ao tempo dos Gregos, o peso de uma fíala argêntea rondava os cem dracmas.

No que respeita a refeições ou banquetes dados por ocasião de grandes cerimónias ou festividades, *epulum* é, fora de dúvida, o termo mais vulgar na linguagem epigráfica: cf. CIL II, pp. 1194 e 1195. Na verdade, Charles Michel, s. v. «coena» do já citado e sobejamente conhecido *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, dirigido por Ch. Daremberg, E. Saglio e E. Pottier (Paris, 1877-1919), escreve, a dado passo:

«Les occasions de grands repas publics ou, pour mieux dire, de repas donnés au peuple (*cenae populares*) se représentaient assez fréquemment, soit dans les cérémonies religieuses, soit lorsque des candidats aux fonctions publiques, des triomphateurs, des héritiers de riches personnages, y invitaient tout le peuple [EPULA]. En outre chaque corporation sacerdotale, chaque curie, chaque *gens* semble avoir eu des repas de corps à la suite des sacrifices qu'elle accomplissait régulièrement dans l'année».

Por consequência, o ambiente encontra-se perfeitamente enquadrado nos mais lídimos hábitos romanos literariamente documentados...

Mas, como vimos, Charles Michel remete para *epula*, por ser esse o termo utilizado e não *coena*. *Coena* é vocábulo que, assim grafado, não aparece: os índices de CIL II (p. 1169) referem-se à realização, apenas por três vezes documentada, de *cenae publicae*, em honra, por exemplo, de sêxvros augustais.

E não deixa de ser curioso sublinhar que as *Tables Générales de L'Année Épigraphique*, relativas aos anos de 1961 a 1980, elaboradas por Jean-Marie Lassère (Paris, 1992), não indiquem um só testemunho nem de *cena* nem de *coena*.

Há, porém, um interessante aspecto no uso da grafia *coena* em vez de *cena*, como, no decorrer da discussão, nos foi amavelmente sugerido pelo Doutor Walter Medeiros: *coena* pode ter que ver – e no contexto a que nos temos referido não o é de admirar – com o vocábulo grego κοινή, que significa precisamente «pública»; ou seja, poderá ter-se dado o caso de André de Resende eruditamente ter querido juntar num mesmo vocábulo aquilo que, em linguagem epigráfica, habitualmente, em contexto latino, se dizia em dois: *cena publica*.

O emprego do vocábulo *hierodulus* – também ele de origem lididamente grega – é também significativo. AE 1981 56 – informação que agradeço a Joaquín Gómez-Pantoja – regista *Hierodula* como antropónimo; mas, no sentido que André de Resende lhe confere, a sua ocorrência será certamente nula – ou quase – na epigrafia

romana ocidental. Aliás, socorrendo-nos de novo do *Dictionnaire des Antiquités*, desta feita da documentação aduzida por J.-A. Hild s. v. «hieroduli», verifica-se que esse «uso de dedicar ao culto de certas divindades servidores ou servidoras mediante laços análogos àqueles que, na família, uniam os escravos aos senhores, por mais natural que isso pareça à primeira vista (...) não se encontra na religião romana senão a título realmente excepcional». Trata-se, aliás, quase de um preconceito ráxico essa «repugnância dos Gregos e dos Romanos em revestirem o escravo de um carácter sagrado, atribuindo-lhe uma função junto dos deuses»: a elevada categoria da divindade era incompatível com o gesto. Contudo, essa ‘oferta’ existiu, revestindo-se, amiúde, de uma espécie de substituição sagrada, de pagamento de tributos, de uma libertação da escravatura...

Interessa-nos, pois, acentuar o carácter erudito de que se encontra impregnada a utilização do termo. De resto, até Frei Bernardo de Brito, na sua *Monarquia Lusitana*, ao citar este texto (cf. ENCARNAÇÃO, 1991, p. 206), não se priva de comentar: não se estranhe o seu uso, porque aparece em... Júlio Fírmico!

Ainda me não foi possível indagar exactamente dessa ocorrência do termo – ou, certamente, nem tal se justifica. Contudo, que me seja permitido aduzir uma passagem do *Aegidius Scallabitanus*, amavelmente indicada pela Doutora Virgínia Soares Pereira (cf. RESENDE, 2000, p. 308), onde o humanista eborense perora sobre o uso de *Domnus* e *Domna* antecedendo o nome das divindades («Senhor Marte», «Senhora Ísis», «Senhora Vénus»...), «palavras tão vulgares e fradescas e que, sei-o bem, nunca tiveram a tua aprovação» (*ibidem*, p. 306). Ao que se explica:

«Penso que tal uso teve origem no costume dos *hieroduli*, isto é, “servos sagrados”. De facto, os *ιερόδουλοι* estavam adstritos ao serviço dos deuses e das deusas. É a servos como estes que Cícero se refere, nas *Verrinas*, quando fala nos «servos de Vénus». O mesmo acontece em Dionísio de Halicarnasso, quando, no livro III das *Antiguidades romanas*, fala das virgens vestais, às quais dá o nome de súbditas consagradas a Vesta. Foi também num servo assim que Apuleio se transformou, segundo diz, quando deixou a figura de burro e se iniciou nos mistérios de Ísis».

Evidente, pois, a contaminação literária. Que não se nota menos na utilização de expressões como *ob pulsos*, *munus affere*, ou de vocábulos como *adque* e, inclusive, *sceptum*.

Quais são, pois, as perspectivas que me agradaria apontar, num congresso sobre o Humanismo?

É que se a Epigrafia consiste - como muito bem sublinhou o saudoso Mestre recentemente desaparecido, o Prof. Giancarlo Susini - no estudo de como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros com carácter público e permanente (cf. SUSINI, 1997, pp. 67-69); se o retorno crítico e perspicaz ao monumento epigráfico que nos resta nos informa da sua autenticidade - o retorno ao texto, ainda que, como no caso vertente, seja forjado, está prenhe de úteis informações, numa simbiose de linguagens: a epigráfica, a oral e a literária. É a destrinça da simbiose esse desafio em aberto!

Supostamente, Júnia Donace fez saborear *hierodulis* o requinte de uma lauta ceia. A nós cumpre saborear o texto epigráfico, à luz acolhedora de uma outra vela. E não podemos contentar-nos com uma perspectiva só: mais do que uma «moda», a interdisciplinaridade apresenta-se-nos hoje como condimento imprescindível a um saborear realmente autêntico.

Bibliografia

- ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- ALMEIDA (Fernando de) e PAIXÃO (Judite e António Cavaleiro), «Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arras, S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal», *Setúbal Arqueológica*, IV, 1978, pp. 215-226.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende», *Biblos*, LXVII, 1991, pp. 193-221.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Culto e sociedade na Salácia romana», *Religio Deorum* (Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia «Culto y Sociedad en Occidente» – Tarragona, 6-8.10.1988), Sabadell, s/ data [1992], pp. 161-169.
- ENCARNAÇÃO (José d') & TRINDADE (Luísa), «A águia numa epígrafe romana do Museu Regional de Évora», *A Cidade de Évora* (Boletim de Cultura da Câmara Municipal), II série, 1, 1994-1995, pp. 171-177.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- RESENDE (André de), *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.
- RESENDE (André de), *Aegidius Scallabitanus – Um Diálogo sobre Fr. Gil de Santarém*. Estudo introdutório, edição crítica, tradução e notas de Virgínia Soares Pereira, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Julho 2000. (Para o tema em apreço, cf. também as notas 51 e 54, pp. 626 e 627).
- SUSINI (Giancarlo), *Epigraphica Dilapidata* (Scritti scelti), Faenza, 1997.